



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
A 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Associação Portuguesa Contra a Leucemia

BALANÇO

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rubricas	Notas	2022	2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	639 421,52	492 879,72
Investimentos financeiros		101,94	42,06
Subtotal		639 523,46	492 921,78
Activo corrente			
Créditos a receber	6	0,00	37 736,81
Diferimentos		582,71	241,99
Outros activos correntes	7	4 955,19	5 094,79
Caixa e depósitos bancários	8	438 610,99	421 904,87
Subtotal		444 148,89	464 978,46
Total do activo		1 083 672,35	957 900,24
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVOS			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		17 463,94	17 463,94
Resultado transitados		929 942,62	734 889,99
Subtotal		947 406,56	752 353,93
Resultado liquido do período		116 393,42	195 052,63
Total dos fundos patrimoniais	9	1 063 799,98	947 406,56
PASSIVO			
Passivo corrente			
Fornecedores		13 662,07	4 758,62
Estado e outros entes publicos	10	1 130,26	908,81
Outros passivos correntes	11	5 080,04	4 826,25
Subtotal		19 872,37	10 493,68
Total do Passivo		19 872,37	10 493,68
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		1 083 672,35	957 900,24

A Administração

Maria Luísa Almeida
José Pa
João Carlos Silva

O Contabilista Certificado

Ricarda Fernandes

210394501

58522

Associação Portuguesa Contra a Leucemia

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2022

Rendimentos e Gastos	Notas	2022	2021
Quotas	12	2 340,00	2 490,00
Vendas	12	5 130,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	12	296 479,79	299 597,96
Fornecimentos e serviços externos	13	-86 022,61	-34 167,02
Gastos com pessoal	14	-38 673,71	-37 307,62
Outros rendimentos		75,56	1 882,27
Outros gastos	15	-63 005,92	-37 482,63
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		116 323,11	195 012,96
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	5		0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		116 323,11	195 012,96
Juros e rendimentos similares obtidos	16	70,31	50,22
Resultado antes de impostos		116 393,42	195 063,18
Impostos sobre o rendimento do período	16		-10,55
Resultado líquido do período		116 393,42	195 052,63

A Administração

Miguel M. A.

João J. A.

Maiz Carol Silva

O Contabilista Certificado

Ricarda Fernandes

210394501

58522

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE 2022

A
1768
A

1 Identificação da Entidade

A "ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA CONTRA A LEUCEMIA" (APCL), NIPC n.º 505945401, é uma associação sem fins lucrativos, com sede na Rua Nunes Claro, n.º 8-C em Lisboa.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2022 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os Ativos Financeiros registados na rubrica "Instrumentos Financeiros".

3.2 Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas, foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL. Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados, sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a Entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante, nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.4.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer

16
1602
A6

custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10
Equipamento administrativo	4

3.4.2 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Associados/patrocinadores/doadores e Créditos a receber

Estas rubricas encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas das perdas por imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de

162
A

forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos bancários

A rubrica "Caixa e Depósitos Bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores

As dívidas registadas em Fornecedores são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.4.3 Fundos Patrimoniais

Esta rubrica constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos. Os Fundos patrimoniais são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

11
768
A

3.4.4 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) "As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º- 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas. "

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2022 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

AD
1763
A

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2022, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativa, nem foram identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos na rubrica de ativos fixos tangíveis durante o ano 2022 e de 2021, são analisados como segue:

Descrição	2022				
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais					0,00
Edifícios e outras construções	743 611,72	146 541,80			890 153,52
Equipamento administrativo	14 006,26				14 006,26
	757 617,98	146 541,80	0,00	0,00	904 159,78
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	-250 732,00				-250 732,00
Equipamento administrativo	-14 006,26				-14 006,26
	-264 738,26	0,00	0,00	0,00	-264 738,26
Valor líquido contabilístico	492 879,72	146 541,80	0,00	0,00	639 421,52

Descrição	2021				
	Saldo inicial	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo final
Custo					
Terrenos e recursos naturais					0,00
Edifícios e outras construções	379 130,27	364 481,45			743 611,72
Equipamento administrativo	14 006,26				14 006,26
	393 136,53	364 481,45	0,00	0,00	757 617,98
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	-250 732,00				-250 732,00
Equipamento administrativo	-14 006,26				-14 006,26
	-264 738,26	0,00	0,00	0,00	-264 738,26
Valor líquido contabilístico	128 398,27	364 481,45	0,00	0,00	492 879,72

As aquisições ocorridas em 2021 e em 2022 respeitam aos gastos com a construção da Casa Porto Seguro, cuja obra se prevê que fique concluída no 1º trimestre de 2023.

6 Créditos a receber

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Acréscimos de rendimentos		37 467,97
Outros		268,84
	0,00	37 736,81

Esta rubrica inclui os valores dos acréscimos de rendimentos referentes aos donativos conhecidos e atribuídos no ano, mas cujo recebimento só ocorrerá no ano seguinte. À data de fecho de contas, não era conhecido ainda o valor respeitante às consignações de IRS que a Autoridade Tributária irá transferir para a Entidade.

A
12
1769

7 Outros activos correntes

À data de 31 de Dezembro de 2022 a entidade detinha os seguintes ativos financeiros mensurados ao justo valor:

- Outros Instrumentos Financeiros - Fundos de Investimento CXG Liquidez, no montante de 4.955,19€
- Quantidade- 957.52419281
- Cotação em 31.12.2022 — 5,175 €

8 Caixa e Depósitos Bancários

A 31 de Dezembro de 2022 todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso.

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Descrição	2022	2021
Caixa	0,00	0,00
Depósitos à ordem	310 726,65	349 090,86
Depósitos a prazo	127 884,34	72 814,01
Total	438 610,99	421 904,87

9 Fundos Patrimoniais

Os movimentos na rubrica de Fundos patrimoniais durante o ano 2022 e de 2021, são analisados como segue:

Descrição	2022			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Fundos	17 463,94			17 463,94
Resultados transitados	734 889,99		195 052,63	929 942,62
Resultado líquido do período	195 052,63	116 393,42	-195 052,63	116 393,42
Total	947 406,56	116 393,42	0,00	1 063 799,98

Descrição	2021			
	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Saldo final
Fundos	17 463,94			17 463,94
Resultados transitados	565 626,12		169 263,87	734 889,99
Resultado líquido do período	169 263,87	195 052,63	-169 263,87	195 052,63
Total	752 353,93	195 052,63	0,00	947 406,56

A variação dos resultados transitados diz respeito à aplicação do resultado líquido do exercício anterior no montante de 195.052,63 Euro, conforme proposta de aplicação de resultados contida no relatório de gestão de 2021.

10 Estado e outros entes públicos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Passivo		
IRC	0,00	10,55
IRS	321,00	260,00
Segurança Social	765,92	638,26
Outros	43,34	
	1 130,26	908,81

11 Outros passivos correntes

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Acréscimo gastos F+SF	5 073,75	4 826,25
Outros	6,40	
	5 080,15	4 826,25

12 Quotas e donativos

Para os períodos de 2022 e 2021 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2022	2021
Quotas de sócios	2 340,00	2 490,00
Vendas	5 130,00	
Subsídios, doações e legados à exploração	296 479,79	299 597,96
Total	303 949,79	302 087,96

13 Fornecimentos e serviços externos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Subcontratos		0,00
Serviços especializados	63 709,26	20 844,56
Materiais	2 804,02	1 758,76
Energia e fluidos	3 537,64	3 469,94
Deslocações, estadas e transportes	2 174,90	393,60
Serviços diversos	13 796,79	7 700,16
Total	86 022,61	34 167,02

A
1768

A
A
17(6)

14 Gastos com o pessoal

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Remunerações ao pessoal	29 505,57	26 868,98
Indemnizações	1 529,34	
Encargos sobre as Remunerações	6 590,85	6 476,80
Seguro AT	235,06	534,71
Outros	812,89	3 427,13
Total	38 673,71	37 307,62

A 31 de Dezembro o número de empregados era de 2.

15 Outros gastos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Impostos		690,25
Subsídios/Donativos	13 991,72	21 339,40
Bolsa de Estudo	47 500,00	15 000,00
Outros Gastos e Perdas	1 514,20	452,98
Total	63 005,92	37 482,63

16 Juros rendimentos similares obtidos

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	2022	2021
Juros obtidos	70,31	50,22
Total	70,31	50,22

O IRC a pagar pela APCL respeita ao imposto a pagar sobre os juros recebidos.

17 Acontecimentos após data de Balanço

Não se verificaram acontecimentos após a data de Balanço que tenham impacto nas contas de 2022

18 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 2023

A Administração

M. António

José P.A.

João Carlos Silva

O Contabilista Certificado

Ricarda Fernandes

210394501

58522